

ATA Nº 033/DELI/2020**LICITAÇÃO PELO MODO DE DISPUTA FECHADO Nº 39/2018 – 2ª publicação****PROCESSO Nº 15.430.684-6**

OBJETO: Produção do Empreendimento Habitacional RESIDENCIAL FLORAÍ I – 9ª ETAPA, Município de **FLORAÍ-PR**, compreendendo a elaboração e desenvolvimento de projetos Básicos e Executivos, a execução da habitação e infraestrutura, utilizando-se de sistemas e/ou subsistemas construtivos objetos de norma brasileira ou inovadores que possuam validação, que resultem em **16 unidades habitacionais**.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço**PREÇO MÁXIMO:** Sigiloso, conforme art. 34 da Lei nº 13.303/16.**DA REUNIÃO:****Data:** 10 de março de 2020 - 10:00.**Local:** Av. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, nº 800 – Departamento de Licitação - Cristo Rei, Curitiba-PR.

OBJETIVO: Análise do recurso apresentado em 18/02/2020 pela H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME.

CONTRARRAZÕES: Regularmente comunicadas as participantes do certame, nenhuma apresentou contrarrazões.

1. DO RECURSO DA H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME

Insurge-se a Recorrente contra a decisão da Comissão que a inabilitou no certame alegando, em brevíssima síntese em suas razões recursais (fl. 03):

- a) que a competitividade do certame foi profundamente descumprida, tendo em vista as restrições à habilitação da Recorrente em descumprimento direto de disposição legal;
- b) que é absolutamente indevida a exigência dos documentos e demonstrações citados na decisão que inabilitou a Recorrente;
- c) que a Recorrente agiu acertadamente ao não apresentar a relação de compromissos e demonstração de índice a ela relacionado;
- d) que a Comissão poderia se valer de diligências para aferir índices, uma vez que os mesmos podem ser apurados mediante simples cálculo;
- e) que o RILC da COHAPAR só admite a exigência de "relação de compromissos assumidos" nas "contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra", que não é o caso desta licitação;

Por fim, cita doutrina e jurisprudência e requer a reforma da decisão que a inabilitou, com a sua plena habilitação e adjudicação, como medida de justiça.

2. DA DECISÃO DA COMISSÃO

Registra-se que a decisão da Comissão Especial de Licitação levou em consideração a análise realizada pelo DECT – Departamento de Contabilidade da COHAPAR, consoante o teor da Nota Técnica nº 007/2020 (fls. 29/30), abaixo transcrita integralmente:

Ao Departamento de Licitação - DELI

Ref.: Modo de Disputa Fechado – MDF nº 39/2018 - Recurso - Qualificação econômico-financeira

APRESENTAÇÃO

Encaminha esse Departamento de Licitação – DELI, em 03/03/2020, processo protocolado sob nº 16.413.413-0, para conhecimento e manifestação deste DECT, relativos ao recurso à inabilitação no MDF nº 39/2018, apresentado pela empresa H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, que tem por objeto:

Produção do Empreendimento Habitacional RESIDENCIAL FLORAI I – 9ª ETAPA, Município de FLORAI-PR, compreendendo a elaboração e desenvolvimento de projetos Básicos e Executivos, a execução da habitação e infraestrutura, utilizando-se de sistemas e/ou subsistemas construtivos objetos de norma brasileira ou inovadores que possuam validação, que resultem em 16 unidades habitacionais.

DO RECURSO

O recurso à inabilitação apresentado pela empresa H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, no que se refere à qualificação econômico-financeira, especificamente sobre o motivo da inabilitação, argumenta:

(...)

Esta conclusão é ainda mais intensamente reforçada pelo fato de que o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR só permite a exigência de "relação de compromissos assumidos" nas "contratações de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra", nos exatos termos do seu art. 92:

Art. 92. Nas contratações de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, o instrumento convocatório poderá exigir dos Licitantes os seguintes requisitos para demonstração da qualificação econômico-financeira:

[...]

IV – declaração do Licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que o somatório do valor mensal de todos os contratos que possui vigentes com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada na data prevista para a abertura da Licitação, não é superior ao seu patrimônio líquido, observados os seguintes requisitos:

- a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o Licitante deverá apresentar justificativas.

DA ANÁLISE DO RECURSO

Conforme constatado na Nota Técnica nº 004/2020, emitida por este DECT, em 10/02/2020, a recorrente não apresentou a "Relação de Contratos das Obras e Serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos", tampouco declarou o valor da sua Disponibilidade Financeira Líquida – DFL.

Alega a recorrente em seu Recurso, resumidamente, que não há previsão no Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da Companhia, para a exigência dessa documentação no Edital.

Pois bem.

Embora o referido art. 92 do RICL trate dessa exigência para contratações de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Minuta de Editais de Licitação – Modo de Disputa Fechado MDF – Obras de Engenharia, aprovada na

ATA Nº 033/DELI/2020

Ata da 324ª Reunião do Conselho de Administração, nos termos do art. 3º, inciso I do RILC, prevê:

ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO (...)

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

(...)

D.5 Demonstração de que possui Disponibilidade Financeira Líquida, igual ou superior ao valor da proposta de preços apresentada após etapa de negociação, a qual mede a capacidade que a Licitante possui de contratar com a COHAPAR, obtida através da fórmula:

$$DFL = (10 \times PL) - VA$$

Onde:

DFL = Disponibilidade Financeira Líquida;

PL = Patrimônio Líquido;

VA = Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da administração pública, podendo a qualquer momento a Comissão solicitar comprovação através de Balancete Analítico devidamente legalizado.

Do que se conclui que não há o que se falar sobre ausência de previsão legal para a exigência do documento no Edital do processo licitatório MDF 39/2018.

Ainda sobre o tema, importante ressaltarmos que a qualificação econômico-financeira nos processos licitatórios destina-se à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente para assegurar a execução integral do contrato.

Assim, o objetivo é prevenir a Administração Pública para que empresas sem respaldo financeiro possam participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

Logo, tal comprovação é fundamental para a garantia do cumprimento do objeto contratado, assim como do interesse público.

Dessa forma, a ausência do documento é motivo de inabilitação, nos termos do item 08, subitem 8.4, do Edital:

8.4 Será considerada inabilitada, ressaltando-se hipóteses de saneamento, a Licitante que:

(..)

c) apresentar de forma incompleta a documentação exigida neste Edital.
(grifamos)

Além disso, a falta do documento impossibilita esta Companhia até mesmo de calcular a Disponibilidade Financeira Líquida, já que o VA¹ da fórmula de cálculo da DFL, necessita da Relação Contratual para sua comprovação, nos termos do Anexo II, item 03, alínea "e"

OBS: Para atendimento dessa exigência, cabará à empresa apresentar dentro do envelope de habilitação (envelope 02) relação dos contratos das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos contratuais.
(grifamos)

¹ VA= Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da administração pública, podendo a qualquer momento a Comissão solicitar comprovação através de Balancete Analítico devidamente legalizado.

ATA Nº 033/DELI/2020

Dessa forma, reiteramos que, ao não apresentar a "Relação de Contratos das Obras e Serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos", tampouco apresentar o valor da sua Disponibilidade Financeira Líquida – DFL, a empresa H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA não atendeu todos os requisitos para a qualificação econômico-financeira, mantendo assim, a decisão de INABILITAÇÃO da empresa pelo não atendimento aos termos do Edital.

Curitiba, 04 de março de 2020.

Carolina Minas
Gerente do Departamento de Contabilidade"

Ainda, em complementação à Nota Técnica do DECT acima transcrita, cumpre registrar que eventual discordância quanto às disposições do edital podem ser registradas por meio de **impugnação**, consoante prevê o próprio instrumento convocatório, *verbis*:

- 2.7. Qualquer interessado poderá, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação, impugnar o ato convocatório da licitação, sob pena de decadência do direito de fazê-lo administrativamente.

No caso concreto, forçoso reconhecer que a recorrente decaiu do direito de se insurgir contra os termos do edital, haja vista que, tempestivamente, **não impugnou seus termos**. Em outras palavras, a apresentação de documentos e proposta confirmou a aceitação integral dos requisitos exigidos no edital, não podendo a recorrente nessa fase do certame, alegar que deixou de atender as exigências do edital porque entendeu que as mesmas eram ilegais.

Ainda, a alegada possibilidade da Comissão se valer de **diligências** para verificar a Disponibilidade Financeira da Recorrente absolutamente não se aplica no presente caso. Explica-se:

Ainda que a disponibilidade financeira da empresa seja feita mediante simples cálculo, **não há como se proceder aos mesmos sem a relação dos contratos das obras e serviços em andamento ou a iniciar, cujo documento deveria ter sido inserido no envelope 02** por força do disposto no item 4, alínea "e" e respectiva observação, do Anexo II, abaixo reproduzidos:

- e) Demonstração de que possui Disponibilidade Financeira Líquida, igual ou superior ao valor da proposta de preços apresentada após etapa de negociação, a qual mede a capacidade que a Licitante possui de contratar com a COHAPAR, obtida através da fórmula:

$$DFL = (10 \times PL) - VA$$

Onde:

DFL = Disponibilidade Financeira Líquida;

PL = Patrimônio Líquido;

VA = Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da administração pública, podendo a qualquer momento a Comissão solicitar comprovação através de Balancete Analítico devidamente legalizado.

Obs.: Para atendimento dessa exigência, caberá à empresa apresentar dentro do envelope de habilitação (envelope 02) relação dos contratos das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos contratuais.
(grifamos)

Eventuais diligências realizadas no curso do certame se prestam a sanear o processo, mas, jamais, para juntar extemporaneamente documento que originariamente deveria ter sido apresentado pela licitante na data de abertura da licitação, dentro dos seus envelopes.

Logo, a diligência invocada pela Recorrente, nesta fase do processo, tem por objetivo exclusivo incluir documento que deixou de apresentar na abertura da licitação, não se configurando absolutamente como medida de saneamento. A propósito, confira-se o teor do item 2.5 do edital:

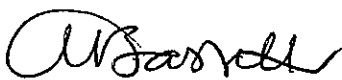
2.5. Caso haja necessidade, a Comissão de Licitação, conforme faculta o RILC, poderá, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do e/ou sanar erros e/ou falhas que não alterem a substância das propostas, documentos de habilitação e sua validade jurídica.

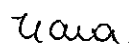
Diante do exposto, decide a Comissão Especial de Licitação, pela unanimidade de seus membros, com fundamento na Nota Técnica nº 007/2020/DECT julgar improcedente o recurso apresentado pela **H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME.**, com o posterior encaminhamento do processo à apreciação e decisão do Sr. Diretor-Presidente desta Companhia, conforme prevê o art. 100 do RILC.


3. DO ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que segue assinada pela Comissão Especial de Licitação.


Harisson Guilherme Françóia
Presidente (ausente)


Elizabete Maria Bassetto
Presidente, em substituição


Nara Thie Yanagui
Membro


Thania Elvis de Oliveira Bana
Membro


Rodrigo Malagurti Di Lascio
Membro


Fabiola Lorena Brustolin
Membro


Adão Luiz Hofstaetter
Membro


Theodózio Stachera Junior
Membro


Agenor de Paula Filho
Membro


Vickiane do Nascimento de Andrade
Membro